

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARA TRÂMITES DA CONCESSÃO DO RATEIO FUNDEB 2024

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às treze horas e trinta minutos, para esclarecimentos a respeito do rateio FUNDEB 2024, reuniram-se na sala de reuniões da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, à Rua Grão Mogol, nº 53, Centro, nesta cidade, os Membros do CACS/FUNDEB – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, integrantes da Comissão para Trâmites da Concessão do Rateio FUNDEB 2024, a Presidente do Conselho Vagnéia Gomes Lopes, Eldy Silva de Sena, Maria de Fátima Marques Ferreira, Gisléia Maria dos Santos, Milena Martins dos Mártires Araújo e Sisle Paula Lima Avelino. Estiveram também presentes os solicitantes da reunião: Ivete Mendes de Oliveira e Marli dos Santos Oliveira, representantes do Conselho Municipal de Educação, e o Senhor Presidente do SINDITA – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta de Taiobeiras Carlos Magno dos Santos. Vagnéia iniciou a reunião cumprimentando a todos e agradecendo pela presença. Em seguida, disse que a Comissão estava à disposição para prestar as informações cabíveis, inerentes à concessão do rateio FUNDEB 2024 aos Profissionais da Educação. Carlos Magno e Ivete questionaram a razão deles não terem sido convidados para participarem do processo para a concessão, uma vez que julgam ser mais funcional a união do CACS/FUNDEB, do Conselho Municipal de Educação e do SINDITA nessas demandas mais complexas. Vagnéia justificou, dizendo que o CACS/FUNDEB é um conselho transparente, autônomo e independente, ainda que o posicionamento de ambos faça sentido. A Presidente esclareceu ainda que as Senhoras Ivete Mendes de Oliveira e Leandra Alves de Sousa não foram convocadas para a última reunião do CACS/FUNDEB, por motivo dela não ter sido informada da nomeação (em substituição) destas para o Conselho. Vagnéia informou aos solicitantes, que na última reunião do CACS/FUNDEB, foram feitas análises dos relatórios de receitas e despesas dos recursos do FUNDEB, formando assim a Comissão citada, na qual os Membros fizeram reuniões para estudar a possibilidade do rateio, uma vez que a conta destinada ao recurso do FUNDEB encontra-se com saldo positivo. Inclusive, esclareceu que a Comissão reuniu-se com a Secretária da Educação Sandra Chaves Marques e com os responsáveis pela Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas José dos Santos Cardoso e Vertânia Mirtes Oliveira, bem como com o responsável pelo financeiro da Educação Adeides Martins de Oliveira. Reproduzindo a fala de José Cardoso e de Vertânia, Vagnéia disse que o rateio será distribuído proporcionalmente, obedecendo o vencimento básico de salário de cada servidor. Terá direito à concessão todo servidor que tiver trabalhado no decorrer do ano, proporcional aos dias trabalhados, com a ressalva de que os dias de licença, pagos pelo INSS, não serão

contabilizados para fins dessa concessão. Ainda não se sabe o valor que cada servidor receberá, e, a Prefeitura publicará Decreto com as normas para pagamento, regulamentação do Jurídico. Serão beneficiados todos os Profissionais da Educação, ficando sujeitos à análise de direito o assistente social e o psicólogo, juntamente com os servidores vinculados à Pasta. Reproduzindo a fala de Vertânia, a Presidente informou que os servidores cedidos e servidores contratados para exercício junto ao Projeto Escola em Tempo Integral não terão direito à concessão, exceto os vinculados ao SINDITA, sob respaldo legal. Ivete também manifestou-se favorável ao pagamento proporcional ao salário. Questões ainda sobre os recursos usados para o funcionamento do Projeto Escola em Tempo Integral se funciona sob os recursos do FUNDEB ou não, o que mudaria a distribuição do rateio, estejam sendo todos os servidores deste Projeto remunerados pelo Fundo. Ivete mencionou o prêmio Melhor Educação (Prêmio Band Cidades Excelentes) recebido pela SEDUC, e se a Prefeitura receberia algum recurso por esse mérito, o que julga mérito dos servidores de Educação também, tendo estes o direito de usufruir de parte desse recurso juntamente com o saldo do FUNDEB. Citou a dúvida quanto à forma de contratação dos servidores do CEMEI - Proinfância (Bairro Alvorada) neste ano de 2024, e se estes teriam sido contratados antes do CEMEI ter sido inaugurado, o que configuraria o uso de recursos de forma injustificável. Ivete questionou sobre a especulação de terceiros de que a Prefeitura estaria sob a possibilidade da compra de um terreno com os recursos do FUNDEB. Todos os questionamentos segundo ela, impulsionados pela obrigatoriedade de fiscalização dos recursos pelo Conselho Municipal de Educação. Também indagou sobre o fato da Prefeitura ter informado aos servidores seus direitos da conversão em espécie de férias prêmio, o que sinalizaria excesso de recurso ainda não gasto. Carlos Magno esclareceu que José Carlos informou que esta conversão de férias em espécie se dá através de recurso não decorrente do FUNDEB, e sim, pelo Fundo de Participação 25%. Não tendo a Comissão as respostas não pertinentes ao rateio, foi sugerido que os solicitantes da reunião procurassem a Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas e a Secretaria da Educação para maiores esclarecimentos. A Presidente Vagnéia agradeceu mais uma vez e deu a reunião encerrada. E, para constar os fatos ocorridos, lavrou-se a presente ata, que, se for aprovada, seguirá assinada pelos presentes. Taiobeiras/MG, 04 de novembro de 2024. Seguem assinaturas por extenso. Vagnéia Gomes Lopes